UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS - ESAG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Curso: MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO

Grupo de Pesquisa: CALLIPOLIS

Capacidades Estatais e Governança da Resiliência Logística: A Secretaria de Segurança Pública em Clusters Industriais de Santa Catarina

016.799.259-70

FLORIANÓPOLIS
2026

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização do tema

A crescente interdependência entre cadeias produtivas, sistemas logísticos e instituições públicas ampliou a relevância da resiliência logística como elemento estratégico para a competitividade regional e para a continuidade das atividades econômicas. Eventos recentes, como crises climáticas, pandemias e interrupções nas cadeias globais de suprimentos, evidenciaram que a capacidade de responder a choques sistêmicos depende não apenas de infraestrutura física, mas também da qualidade dos arranjos institucionais responsáveis pela coordenação entre diferentes organizações públicas e privadas.

Nesse contexto, ganha destaque o debate sobre capacidades estatais, entendidas como o conjunto de recursos institucionais, organizacionais e analíticos que permitem ao Estado formular, coordenar e implementar políticas públicas de maneira eficaz (EVANS, 1995; SKOCPOL, 1985). Em ambientes institucionais caracterizados por governança em rede e autonomia organizacional, a efetividade estatal depende cada vez mais da capacidade de articulação institucional, produção de informação estratégica e coordenação interorganizacional (SECCHI, 2019).

No estado de Santa Catarina, reformas administrativas recentes no sistema de segurança pública ampliaram a autonomia das forças policiais, redefinindo o papel da Secretaria de Segurança Pública (SSP/SC). Nesse novo arranjo institucional, a Secretaria tende a assumir funções mais estratégicas relacionadas à formulação de políticas públicas, coordenação institucional e articulação com diferentes órgãos governamentais.

Essa transformação torna particularmente relevante analisar as capacidades institucionais necessárias para que a SSP/SC atue como instância de coordenação em contextos complexos de governança. Tal questão assume especial importância em regiões caracterizadas pela presença de clusters industriais, como o polo agroindustrial do Oeste catarinense e o cluster portuário da região da Foz do Vale do Itajaí, onde a estabilidade logística constitui condição fundamental para a continuidade das atividades produtivas.

Apesar da relevância desse contexto, ainda são limitados os estudos que analisam as capacidades institucionais da Secretaria de Segurança Pública na governança de riscos que afetam sistemas logísticos e atividades econômicas regionais. Dessa lacuna emerge o problema de pesquisa que orienta o presente estudo.

1.2 Problema de pesquisa

Em que medida a Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina dispõe de capacidades estatais, especialmente de natureza coordenativa e relacional, para atuar na governança da resiliência logística em clusters industriais do estado?

1.3 Objetivos da pesquisa

Objetivo geral

Analisar as capacidades estatais da Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina para atuar na governança da resiliência logística em clusters industriais do estado, com ênfase nas dimensões coordenativa e relacional.

Objetivos específicos

a) Examinar os efeitos das reformas institucionais da segurança pública na redefinição das atribuições da Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina.

b) Identificar as dimensões das capacidades estatais da Secretaria relacionadas à produção de inteligência estratégica, coordenação interorganizacional e gestão de relações institucionais.

c) Analisar as formas de interação entre a Secretaria de Segurança Pública, as forças policiais autônomas e atores privados vinculados a clusters industriais na gestão de riscos logísticos.

d) Identificar limitações institucionais que condicionam a atuação da Secretaria como instância de coordenação interorganizacional.

e) Propor diretrizes para o fortalecimento das capacidades estatais da Secretaria voltadas à governança da resiliência logística.

1.4 Justificativa e contribuição da pesquisa

A relevância da pesquisa manifesta-se em três dimensões: teórica, institucional e acadêmico-profissional.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui para o avanço do debate sobre capacidades estatais em contextos de governança descentralizada, nos quais a coordenação entre organizações autônomas se torna elemento central para a efetividade das políticas públicas (EVANS, 1995; SECCHI, 2019). A pesquisa busca contribuir para a literatura ao analisar empiricamente essas capacidades no campo da segurança pública e da governança de riscos logísticos, tema ainda pouco explorado na literatura nacional.

No plano institucional e empírico, o estudo pretende contribuir para a compreensão das possibilidades e limites da atuação da Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina em um arranjo institucional caracterizado pela autonomia das forças policiais. Ao analisar as capacidades institucionais da Secretaria para coordenação interorganizacional, a

pesquisa poderá oferecer subsídios para o aprimoramento de políticas públicas voltadas à gestão de riscos que afetam a estabilidade logística e a atividade econômica no estado.

A proposta também se vincula à área de Administração Pública e Políticas Públicas, dialogando com estudos sobre governança, capacidades estatais e coordenação interorganizacional, temas centrais nas agendas de pesquisa da administração pública contemporânea.

Por fim, a motivação pessoal para a realização deste estudo decorre da trajetória acadêmica e profissional do pesquisador nas áreas de ciências políticas, segurança pública e inteligência estratégica, bem como do interesse em aprofundar a análise institucional das políticas públicas de segurança e sua interface com o desenvolvimento regional. A realização do mestrado representa oportunidade de consolidar essa trajetória acadêmica e contribuir para a produção de conhecimento aplicado à gestão pública.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Capacidades estatais e reconfiguração institucional

O debate contemporâneo sobre capacidades estatais evoluiu de uma perspectiva centrada na capacidade coercitiva do Estado para uma abordagem multidimensional que inclui dimensões analíticas, coordenativas, regulatórias e relacionais (EVANS, 1995; SKOCPOL, 1985; GOMIDE; PIRES, 2014). No contexto brasileiro, Gomide e Pires (2014) distinguem capacidades técnico-administrativas e político-relacionais, destacando que políticas públicas complexas exigem coordenação interorganizacional e articulação entre múltiplos atores.

Evans (1995) introduz o conceito de *embedded autonomy*, segundo o qual a efetividade estatal depende da combinação entre autonomia decisória e inserção relacional na sociedade. Em arranjos institucionais nos quais a autoridade hierárquica é limitada, a capacidade estatal passa a depender da coordenação estratégica entre organizações autônomas.

Na administração pública contemporânea, essa dinâmica aproxima-se de modelos de governança em rede, nos quais o desempenho institucional resulta da capacidade de articular atores diversos na produção de valor público (KETTL, 2016; DENHARDT; DENHARDT, 2015). No campo das políticas públicas, Secchi (2014) ressalta que a efetividade da implementação depende da coerência entre desenho institucional e capacidade de coordenação organizacional.

Nesse contexto, a atuação da Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina deve ser compreendida não apenas em termos operacionais, mas como expressão de capacidades estatais voltadas à articulação institucional, coordenação estratégica e indução de cooperação.

2.1.1 Capacidades estatais e inteligência estratégica

A literatura sobre *policy capacity* contribui para compreender as competências necessárias para que governos formulem e implementem políticas públicas de forma eficaz. Wu, Ramesh e Howlett (2015) definem essas capacidades como a combinação de competências analíticas, operacionais e políticas que permitem ao Estado diagnosticar problemas, formular soluções e coordenar processos de implementação.

Nesse contexto, a capacidade analítica assume papel central, pois a produção e o uso de informação qualificada são fundamentais para a tomada de decisão em ambientes institucionais complexos. O conceito de inteligência estratégica refere-se aos processos sistemáticos de coleta, análise e interpretação de informações relevantes para apoiar decisões organizacionais (CALOF; WRIGHT, 2008).

No campo da gestão de crises e da segurança pública, Comfort (2007) destaca que a capacidade institucional de resposta depende da circulação eficiente de informações e da aprendizagem organizacional em contextos de elevada incerteza. Assim, a produção e utilização de inteligência estratégica podem ser compreendidas como componente relevante das capacidades estatais voltadas à coordenação institucional e à gestão de riscos.

2.2 Governança interorganizacional em políticas públicas

A governança interorganizacional constitui referencial analítico central para compreender a coordenação de políticas públicas em contextos caracterizados pela presença de múltiplos atores institucionais. Diferentemente de modelos hierárquicos tradicionais, a governança contemporânea tende a operar por meio de redes institucionais nas quais organizações públicas e privadas compartilham responsabilidades na formulação e implementação de políticas públicas.

Rhodes (1997) define redes de políticas públicas como arranjos baseados na interdependência entre organizações estatais e não estatais, nos quais a coordenação ocorre por meio de negociação e troca de recursos. Nesse contexto, a governança passa a ser entendida como processo de coordenação em ambientes policêntricos, nos quais

diferentes centros de decisão interagem para enfrentar problemas públicos complexos (PIERRE; PETERS, 2000).

A literatura sobre governança colaborativa enfatiza ainda a importância de mecanismos de confiança, liderança facilitadora e compartilhamento de informações para viabilizar a cooperação interorganizacional (ANSELL; GASH, 2008). Provan e Kenis (2008) identificam diferentes modelos de governança em rede, incluindo arranjos nos quais uma organização atua como instância articuladora sem exercer controle hierárquico direto sobre os demais participantes.

No campo da administração pública, Kettl (2016) argumenta que a complexidade crescente dos problemas públicos exige mecanismos de coordenação horizontal entre instituições. No Brasil, Secchi (2014) destaca que a implementação de políticas públicas frequentemente envolve múltiplas organizações autônomas, tornando a articulação institucional elemento central para a efetividade da ação estatal.

No caso da segurança pública em Santa Catarina, a autonomia das forças policiais reforça a importância da governança interorganizacional. Nesse arranjo, a Secretaria de Segurança Pública tende a atuar como instância de coordenação estratégica responsável por promover cooperação institucional e integrar diferentes organizações do sistema de segurança.

2.3 Resiliência logística, clusters industriais e desenvolvimento regional

O conceito de resiliência tem origem nos estudos ecológicos de Holling (1973), sendo posteriormente incorporado às análises de sistemas organizacionais e cadeias de suprimento. No campo da logística, a resiliência refere-se à capacidade de sistemas produtivos de antecipar, resistir e recuperar-se de interrupções que afetam fluxos de transporte, abastecimento e distribuição (CHRISTOPHER; PECK, 2004).

Sheffi (2005) destaca que a resiliência organizacional constitui recurso estratégico para lidar com riscos sistêmicos, enquanto Sheffi e Rice (2005) enfatizam a importância da coordenação interorganizacional e do compartilhamento de informações na construção de cadeias de suprimento resilientes.

A dimensão territorial da resiliência torna-se particularmente relevante em regiões caracterizadas por clusters industriais, definidos como aglomerações geográficas de empresas e instituições interconectadas (PORTER, 1990). Estudos sobre sistemas produtivos locais indicam que mecanismos institucionais de cooperação e governança

contribuem para ampliar a capacidade de adaptação dos clusters frente a choques externos (MASKELL; MALMBERG, 1999; ASHEIM; COOKE, 1999).

Nesse sentido, a literatura de desenvolvimento regional destaca que a resiliência econômica territorial depende não apenas da estrutura produtiva, mas também da qualidade das instituições responsáveis pela coordenação entre atores públicos e privados (MARTIN; SUNLEY, 2011).

Assim, a resiliência logística em clusters industriais constitui fenômeno que envolve não apenas infraestrutura e capacidade empresarial, mas também arranjos institucionais voltados à gestão de riscos e à coordenação interorganizacional. Nesse contexto, instituições públicas podem desempenhar papel relevante na articulação de respostas a eventos disruptivos que afetam a estabilidade logística regional.

3 METODOLOGIA

3.1 Método de pesquisa: A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, adequada à análise de fenômenos institucionais complexos e relações entre organizações públicas e privadas (GIL, 2019). O estudo segue procedimentos sistemáticos de investigação científica conforme Lakatos e Marconi (2017).

3.2 Estratégia de pesquisa: Utiliza-se estudo de caso único aplicado à Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina (SSP/SC), estratégia apropriada para examinar fenômenos contemporâneos em seu contexto institucional real (YIN, 2015).

3.3 Pressupostos de pesquisa: Parte-se do pressuposto de que a atuação da SSP/SC na governança da resiliência logística em clusters industriais depende da existência de capacidades estatais institucionais, especialmente relacionadas à coordenação interorganizacional e produção de informação estratégica (EVANS, 1995; SECCHI, 2019).

3.4 Categorias de análise: A investigação será orientada pelas categorias capacidade analítica, capacidade coordenativa e capacidade relacional, relacionadas à produção de inteligência, articulação institucional e interação com atores públicos e privados (EVANS, 1995; SECCHI, 2019).

3.5 Contexto da pesquisa: O estudo será realizado na Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, considerando sua interação com órgãos públicos e atores vinculados a clusters industriais relevantes do estado, como o polo

agroindustrial do Oeste catarinense e o cluster portuário da região da região da Foz do Vale do Itajaí.

3.6 Procedimentos de coleta de dados: A coleta será realizada por triangulação de fontes, combinando pesquisa documental, análise de dados secundários e entrevistas semiestruturadas com gestores públicos e atores institucionais relacionados à segurança pública e à gestão de riscos logísticos.

3.7 Análise dos dados: Os dados serão examinados por meio de análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), permitindo identificar evidências empíricas das capacidades estatais da SSP/SC.

3.8 Possibilidades e limitações: A pesquisa pode contribuir para a compreensão do papel institucional da segurança pública na governança de riscos logísticos. Como limitação, destaca-se o caráter de estudo de caso, que permite generalizações analíticas, mas não estatísticas (YIN, 2015).

4 CRONOGRAMA

ETAPAS	AGO./SET.	OUT./NOV.	DEZ./JAN./FEV.	MAR./ABR.
Revisão bibliográfica	■			
Aprofundamento teórico	■			
Levantamento documental		■		
Realização de entrevistas			■	
Análise dos dados			■	
Redação final				■
Revisão final				■

5 REFERÊNCIAS

ANSSELL, Chris; GASH, Alison. Collaborative governance in theory and practice. Journal of Public Administration Research and Theory, Oxford, v. 18, n. 4, p. 543–571, 2008.

ASHEIM, Bjørn T.; COOKE, Philip. Local learning and interactive innovation networks in a global economy. In: MALECKI, Edward J.; OINAS, Päivi (org.). Making connections: technological learning and regional economic change. Aldershot: Ashgate, 1999.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

CALOF, Jonathan; WRIGHT, Sheila. Competitive intelligence: a practitioner, academic and interdisciplinary perspective. European Journal of Marketing, v. 42, n. 7/8, p. 717–730, 2008.

CEPIK, Marco. Espionagem e democracia: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

CHRISTOPHER, Martin. Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos. 5. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

CHRISTOPHER, Martin; PECK, Helen. Building the resilient supply chain. International Journal of Logistics Management, v. 15, n. 2, p. 1–14, 2004.

COMFORT, Louise K. Crisis management in hindsight: cognition, communication, coordination and control. Public Administration Review, v. 67, n. s1, p. 189–197, 2007.

DENHARDT, Janet V.; DENHARDT, Robert B. Novo serviço público: servindo, não dirigindo. Brasília: ENAP, 2012.

DINIZ, Clélio Campolina. Desenvolvimento regional e política econômica no Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

EVANS, Peter. Embedded autonomy: states and industrial transformation. Princeton: Princeton University Press, 1995.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha C. Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas. Brasília: IPEA, 2014.

GOMES, Elisabeth; BRAGA, Fabiane. Inteligência competitiva: como transformar informação em um negócio lucrativo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HOLLING, Crawford Stanley. Resilience and stability of ecological systems. Annual Review of Ecology and Systematics, v. 4, p. 1–23, 1973.

KETTL, Donald F. Governança pública no século XXI. Brasília: ENAP, 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José Eduardo. Arranjos produtivos locais: uma abordagem conceitual. Rio de Janeiro: BNDES, 2003.

LOTTA, Gabriela Spanghero. Implementação de políticas públicas: teoria e prática. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2019.

MARTIN, Ron; SUNLEY, Peter. On the notion of regional economic resilience: conceptualization and explanation. Journal of Economic Geography, v. 15, n. 1, p. 1–42, 2015.

MASKELL, Peter; MALMBERG, Anders. Localised learning and industrial competitiveness. Cambridge Journal of Economics, v. 23, n. 2, p. 167–185, 1999.

PECÍ, Alketa; SOBRAL, Filipe. Administração pública: uma abordagem crítica. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

PIERRE, Jon; PETERS, B. Guy. Governance, politics and the state. London: Macmillan, 2000.

PIRES, Elson Luciano Silva. Governança territorial e desenvolvimento regional. São Paulo: UNESP, 2011.

PORTER, Michael E. The competitive advantage of nations. New York: Free Press, 1990.

PROVAN, Keith G.; KENIS, Patrick. Modes of network governance: structure, management and effectiveness. Journal of Public Administration Research and Theory, v. 18, n. 2, p. 229–252, 2008.

RHODES, R. A. W. Understanding governance: policy networks, governance, reflexivity and accountability. Buckingham: Open University Press, 1997.

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SECCHI, Leonardo. Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

SHEFFI, Yossi. The resilient enterprise: overcoming vulnerability for competitive advantage. Cambridge: MIT Press, 2005.

SHEFFI, Yossi; RICE JUNIOR, James B. A supply chain view of the resilient enterprise. MIT Sloan Management Review, v. 47, n. 1, p. 41–48, 2005.

SIMMIE, James; MARTIN, Ron. The economic resilience of regions: towards an evolutionary approach. Cambridge Journal of Regions, Economy and Society, v. 3, n. 1, p. 27–43, 2010.

SKOCPOL, Theda. Bringing the state back in: strategies of analysis in current research. In: EVANS, Peter; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda (org.). Bringing the state back in. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, n. 16, p. 20–45, 2006.

WU, Xun; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael. Policy capacity: a conceptual framework for understanding policy competences and capabilities. Policy and Society, v. 34, n. 3-4, p. 165–171, 2015.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZAPPELLINI, Marcello Beckert; FEUERSCHÜTTE, Simone Ghisi. Abordagens teórico-metodológicas em administração. Florianópolis: UFSC, 2016.